

1

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA DO MÊS DE ABRIL/2019**

1 No dia 09 (nove) de Abril de 2019 (dois mil e dezenove), em segunda chamada  
2 às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), no Complexo Swift de Educação  
3 e Cultura, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio  
4 Ambiente – COMDEMA. A reunião foi presidida por Gabriela Atique Fernandes e  
5 secretariada por Carla Regina Zoccal Alves. Estiveram presentes o total de 27  
6 (vinte e sete) conselheiros, sendo 26 (vinte e seis) entidades com direito a voto, a  
7 saber: os representantes do Poder Público, a titular Carla Regina Zoccal Alves,  
8 da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo; a titular Marina Richard  
9 Pontes Rozani da Secretaria Municipal de Planejamento; o titular Matheus  
10 Machado, da Secretaria Municipal de Obras; o suplente Francisco de Souza  
11 Pontes, da Secretaria Municipal de Saúde; o titular Muhamad Alahmar, da  
12 Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; o titular Hederson Vinícius  
13 de Souza, da Secretaria Municipal de Educação; o titular Luiz Guilherme Paolini  
14 Braga do Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto de São José do Rio  
15 Preto – SeMAE; o titular José Onofre de Araújo, da Secretaria Municipal de  
16 Desenvolvimento Econômico e Negócios do Turismo; o titular Narciso Santos  
17 Costa do Instituto Florestal da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; o titular  
18 Cassius José de Oliveira, da Polícia Ambiental; o suplente Andrey Vetorelli  
19 Borges, da Secretaria Estadual de Agricultura-CATI; a titular Fabiana Zanquetta  
20 de Azevedo, da Secretaria Municipal de Habitação; e os representantes da  
21 Sociedade Civil: a titular Gabriela Atique Fernandes da UNIRP; a suplente  
22 Georgia Padir Peres, do SENAC; o suplente Douglas Prescilio do Nascimento,  
23 da Faculdade de Tecnologia-FATEC; o suplente Alexandre Neves da Silva, do  
24 Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de S.J.R.P; a titular  
25 Vânia Gonçalves Venturelli, da SINDUSCON; o suplente Jefferson Antonio  
26 Lopes, do Centro das Industrias do Estado de São Paulo-CIESP/FIESP; o titular  
27 Eduardo Baldão Fachini, da ACLIVET; o titular Mario Augusto Xavier e a suplente  
28 Tereza Marta Pagliotto da COOPERLAGOS; o suplente Gustavo Murad Mendes  
29 Prado, da Ordem dos Advogados do Brasil (22º sessão)-OAB; o titular Rafael

2

3

30 Azeredo de Oliveira, da Associação Comercial e Empresarial de SJRP-ACIRP; o  
31 titular Ronaldo Pimentel Ferreira, da Associação Riopretense de Rotarianos-  
32 ROTARY; suplente Ricardo Scanduzzi Neto da Associação dos Engenheiros e  
33 Agrônomos de S.J.R.P.; o titular Marco Aurélio Menezello, dos Sincomerciários.  
34 Justificaram a ausência a titular Sandra Maria Corrêa Miller e a suplente Andréa  
35 Celeste de Araújo Petisco, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado; a titular  
36 Luciola Guimarães Ribeiro e o suplente Wendel Edson Silva, do DAEE. Também  
37 estiveram presentes 05 (cinco) convidados a saber: Barbará Garcia de Souza,  
38 Camyla Busnardo, Ciro Alexandre Teixeira Cruvinel e Edson Francisco da Silva  
39 Junior, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo; Daniel Junio  
40 Maiotto, da Polícia Ambiental. A reunião teve início pela apreciação e aprovação  
41 da Ata da Reunião Ordinária de Março de 2019, na qual todos estiveram de  
42 acordo pela aprovação. Dando continuidade ao segundo item do expediente a  
43 leitura de e-mail enviado ao Comdema Protocolo nº 2019108089, referente  
44 aplicação de herbicida em locais públicos. Carla Zoccal fez a leitura do e-mail  
45 enviado ao Comdema pela senhora Silvana Torquato Duarte, no dia 24 de março  
46 de 2019. Após a leitura integral do e-mail Carla convidou o inspetor fiscal de  
47 postura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo Edson Francisco  
48 da Silva Júnior para apresentar ao plenário os procedimentos adotados pela  
49 Secretaria referente à fiscalização realizada. Edson explanou que a Secretaria de  
50 Meio Ambiente recebeu denúncia anônima através da Controladoria Geral da  
51 União sobre o uso de herbicida em Área de Preservação Permanente no Bairro  
52 Setvalley. Edson explicou que ao contrário do que estava na denúncia, não é  
53 proibido à aplicação de herbicidas no âmbito municipal e apesar de não haver  
54 legislação específica quanto ao uso de herbicida no Município de São José do  
55 Rio Preto, a empresa foi notificada com base no Art. 64 do Decreto Nº 6.514, de  
56 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao  
57 meio ambiente, estabelece processo administrativo federal para apuração destas  
58 infrações, e dá outras providências. O inspetor ainda informou que a empresa  
59 responsável: Setcorp 163 Urbanizadora Ltda foi notificada através da Notificação

4

5

60 Especial Nº 003/2019 emitida pela Secretaria do Meio Ambiente de São José do  
61 Rio Preto em 13 de março de 2019. Edson salientou que a referida empresa foi  
62 advertida a cessar imediatamente este tipo de prática e no caso de reincidência  
63 estará sujeita a penalidade de multa. Edson encerrou sua explicação dizendo  
64 que ao contrário do que diz a denúncia, os munícipes não são sumariamente  
65 multados pelo uso de herbicidas e que a prefeitura orienta a não utilização do  
66 produto sem a devida orientação de um profissional habilitado, no caso um  
67 engenheiro agrônomo. A presidente agradeceu as explicações do inspetor Edson  
68 e abriu para discussões do plenário. O Eng.º Agro.º Muhamed Alahmar comentou  
69 que os herbicidas podem ser usados na capina mas com controle e indicação  
70 técnica. O Eng.º Agroº Andrey Vetorelli concordou e disse que os defensivos têm  
71 seu uso diferenciado nas áreas rurais e urbanas e que o indicado para a lavoura  
72 pode não ser apropriado na o meio urbano, por isso a importância da prescrição,  
73 por se tratar de um produto de uso controlado. Gabriela pediu a palavra para  
74 esclarecer que não cabe ao COMDEMA a apuração de denúncias ou a  
75 fiscalização dela e sim de instruir, propor ou sugerir estudos para um projeto de  
76 lei municipal sobre o tema. Capitão Cassius representante titular da Polícia  
77 Ambiental pediu a palavra e explicou que os procedimentos disponíveis de  
78 apuração seriam na esfera administrativa, civil e criminal para se caracterizar um  
79 dano ambiental. Disse que a polícia ambiental também recebeu a denúncia, já  
80 instruída na esfera administrativa pela prefeitura municipal e que os  
81 procedimentos adotados pela Prefeitura seguiram todos os requisitos exigidos de  
82 apuração e ampla defesa. Cap. Cassius explicou que a polícia ambiental fará  
83 vistoria no local citado, ressaltou que para a caracterização de um crime  
84 ambiental, haveria necessidade de provas e que o fator tempo seria fator  
85 prejudicial na apuração, pois não se pode afirma com precisão, qual produto,  
86 quanto tempo, quantidade aplicada ou qual o local exato do ocorrido. Cassius  
87 ponderou que os crimes ambientais são fundamentados e tipificados pela lei  
88 federal 9.605 de 1998 e que todas as denúncias recebidas pelo órgão são  
89 apuradas. Andrey orientou que a pessoa que for fazer o uso de herbicidas na

6

7  
90 zona urbana deveria notificar a Secretaria Estadual da Agricultura, responsável  
91 pedindo por um horário e data exata para aplicação do produto para não  
92 prejudicar. Luiz Guilherme questionou se haveria realmente necessidade de ser  
93 usado herbicidas na zona urbana. Andrey respondeu que o produto auxilia no  
94 controle do mato e pragas, principalmente onde a capina é necessária porém  
95 difícil, como em guias de sargueta. Gabriela agradeceu a todos e encerrou a  
96 discussão, informou que a diretoria elaboraria resposta para o e-mail. Dando  
97 continuidade na reunião com a primeira ordem do dia, proposta de revisão da lei  
98 nº 6.615/1997 e suas posteriores alterações, mediante alterações de  
99 nomenclatura de entidades membros. Foi explanado pela presidente que, por  
100 exemplo, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI passou a ser  
101 Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, a Secretaria do  
102 Meio Ambiente do Estado passou a ser denominada Secretaria de Infraestrutura  
103 e Meio Ambiente – SIMA. Gabriela sugeriu que proposta seja encaminhada para  
104 a câmara técnica de planejamento para estudos e colocado em votação, o  
105 encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Na segunda ordem do dia, foi  
106 discutida a proposta de estudos para a segregação de resíduos de construção  
107 civil em obras públicas e privadas na obra. Carla explicou sobre a atual gestão  
108 de resíduos do município, previsto na lei 9.393/2004. Cap. Cassius comentou  
109 que já existem as áreas de transbordo e triagem - ATT no município,  
110 responsáveis por essa segregação. Carla respondeu que a sugestão de estudo  
111 se referem a segregação no momento da geração, ainda na obra. Após as  
112 considerações dos membros Gabriela colocou em votação para que o assunto  
113 seja encaminhado e discutido na câmara técnica de resíduos. A mesma foi  
114 aprovada por unanimidade no plenário do Comdema. Na última ordem do dia  
115 sobre a proposta de resolução para padronização de placas indicativas para  
116 salvaguarda de animais silvestres. Carla convidou o assessor e Médico  
117 Veterinário da Secretaria de Meio Ambiente Ciro Cruvinel para explicar a  
118 necessidade de estudo do tema. Ciro relatou que o município é cortado por  
119 várias rodovias e por conta do acesso viário à represa municipal e que nesses

9

120 locais o risco de atropelamento de fauna é eminente. Ciro sugeriu que os pontos  
121 críticos sejam diagnosticados. A sugestão é que esta seja levada para a câmara  
122 técnica de Biodiversidade, para proposta de elaboração de placas maiores e  
123 específicas indicando atenção para trânsito de animais silvestres, redução de  
124 velocidade para evitar acidentes, incluindo levantamento de locais com maior  
125 incidência de acidentes: como área de APP ou locais que forneçam alimentos  
126 aos animais silvestres. Após as explanações e considerações do plenário,  
127 Gabriela colocou em votação e a sugestão de encaminhamento foi aprovada por  
128 unanimidade. Findando-se a ordem do dia e nos informes. Dirce Delega,  
129 representante da AAMA comentou sobre a diminuição da vazão d'água da  
130 cachoeira do antigo IPA e da necessidade de atenção do conselho sobre o  
131 assunto. Narciso do Instituto Florestal, explicou ao plenário que o assunto é  
132 recorrente e que a população não tem informação que a cachoeira é artificial e  
133 que o Instituto de Pesca tem outorga para captação d'água no local. Narciso  
134 enfatizou que não estava previsto era a construção de condominio residenciais  
135 na montante do referido local. Cap. Cassius advertiu que a população frequenta  
136 o local sem a devida autorização, sendo necessário inclusive a dessiminação  
137 dessa proibição. Após as considerações do plenário sobre o assunto e com o  
138 encerramento da pauta a Presidente Gabriela agradeceu a presença de todos e  
139 finalizou a reunião às 16 horas. Lavrando-se a presente Ata por mim, Carla  
140 Regina Zoccal Alves e assinada por todos os presentes abaixo nominados e  
141 referenciados.

142

143 150

144 151

145 Alexandre Neves da Silva 152 Carla Regina Zoccal Alves

146 153

147 154

148 Andrey Vetorelli Borges 155 Cassius José de Oliveira

149 156

10

11		
157		187
158		188
159	Dirce Delega Argueles da Silva	189 José Onofre de Araújo
160		190
161		191
162	Douglas Prescilio do Nascimento	192 Luiz Guilherme Paolini Braga
163		193
164		194
165	Fabiana Zanquetta de Azevedo	195 Marco Aurélio Menezello
166		196
167		197
168	Francisco de Souza Pontes	198 Mario Augusto Xavier
169		199
170		200
171	Gabriela Atique Fernandes	201 Marina Richard Pontes Rozani
172		202
173		203
174	Georgia Padir Peres	204 Matheus Machado
175		205
176		206
177	Gustavo Murad Mendes Prado	207 Muhamad Alahmar
178		208
179		209
180	Hederson Vinícius de Souza	210 Narciso Santos Costa
181		211
182		212
183	Jefferson Antonio Lopes	213 Rafael Azeredo de Oliveira
184		214
185		215



13  
217

218

219 Roanaldo Pimentel Ferreira

220

221

222 Tereza Marta Pagliotto

**CONTINUAÇÃO ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA DO MÊS DE  
ABRIL/2019**